

## Usos do passado e escrita da história: o bandeirante e a história paulista em Alfredo Ellis Jr. (1932-37)\*

Diogo da Silva Roiz<sup>1</sup>

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Jr, entre 1930 e 1937, inquirindo como apreendeu as discussões sobre a “a revolução de 1930”, “de 1932” e o “golpe de 1937”. Durante esse período esteve na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, como deputado estadual, foi ao combate, na “Revolução Constitucionalista de 1932”, exerceu o ofício de professor de história e voltou para a Assembléia paulista.

The objective of this article is to study the intellectual history of Alfredo Ellis Jr., between 1930 and 1937, asking how he assimilated the discussions about “the revolution of 1930”, “the 1932” and the “putsch of 1937”. During this period, he was in the Legislature of the state of Sao Paulo, as state legislator, he went to fight in the “Constitutional Revolution of 1932”, held the craft of history’s professor and returned to the Assembly in São Paulo.

**Palavras-chave:** Intelectuais paulistas – Bandeirantismo – Década de 1930 – Alfredo Ellis Jr.

**Keywords:** Intellectuals from São Paulo – “Bandeirantism” – Decade of 1930 – Alfredo Ellis Jr.

O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Júnior (1896-1974), entre 1930 e 1937, inquirindo como apreendeu as discussões sobre a “a revolução de 1930”, “de 1932” e o “golpe de 1937”. Durante esse período esteve na Assembléia Legislativa do estado de São Paulo, como deputado estadual (por dois mandatos consecutivos, entre 1925 e 1930, o último dos quais, interrompido pelas reviravoltas do final daquele ano, com o ingresso de Vargas ao poder, dando fim a Primeira República), foi ao combate na “Revolução Constitucionalista de 1932”, exerceu o ofício de professor de história e voltou para a Assembléia Constituinte de São Paulo, nas eleições de 1934.

1. No rastro da interpretação de Eric Hobsbawm, em sua autobiografia *Tempos interessantes* (publicada em 2002), na qual indicou uma transição subterrânea em processo, tal qual a que ocorreu durante o período de 1890 a 1970,

\* Uses of the past and writing of history: the pioneer and the history of São Paulo in Alfredo Ellis Jr. (1932-37)

<sup>1</sup> Resultados parciais da pesquisa *Caminhos paralelos: mito, ideologia e utopia na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, 1929-1959*. Tese de Doutorado em História pela UFPR, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helenice R. da Silva, com apoio do CNPq. Endereço para correspondências: Rua Tibagi 404, Edifício Aruanã, apto. 100, Centro, Curitiba, PR, 80060-110, (diogosr@yahoo.com.br).

entre os procedimentos da história dos eventos políticos para a história social, em função das críticas efetuadas pelos historiadores “modernizadores” sobre os “tradicionais”, que se deu àquela mudança epistemológica, que Ginzburg (2007) se voltará para a gênese da micro-história italiana (no décimo terceiro ensaio de seu livro *O fio e os rastros*). Por Hobsbawm o ter inserido dentro da análise pós-moderna, vinculada a transição subterrânea dos estudos históricos nos anos de 1970, e crítica quanto aos procedimentos da história então praticados, que este irá reconstituir o desenvolvimento da micro-história italiana, com vistas a demonstrar que mesmo inserido neste campo de estudo (e não na macro-história econômica e social, defendida por Hobsbawm), não deixou de refutar as críticas dos céticos, pós-modernos, aos estudos históricos.

Por isso, refez o caminho trilhado pela micro-história, desde os anos de 1970, quando com Giovanni Levi passaram a discutir a questão. Ao mesmo tempo indicou a gênese do termo “micro-história” no campo das Ciências Humanas. De George R. Stewart (que primeiro se utilizou da noção em 1959) a Luis González y González (que a usou em sua obra *Uma aldeia em tumulto* em 1968), perpassando pelas obras de Raymond Queneau, Primo Levi, Ítalo Calvino, Andréa Zanzotto, Richard Cobb, Emmanuel Le Roy Ladurie, François Furet, Jacques Le Goff e Jacques Revel, as reviravoltas das discussões sobre a compreensão do termo foram diversas. E a maneira pela qual a micro-história italiana se desenvolveu foi diversa e independente da maneira como ocorreram as discussões na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e mesmo na América Latina. Como indicaria também o estudo de Carlos Antonio Aguirre Rojas (2007, p. 97-120), ao comparar a “micro-história local” praticada no México, com a “micro-história de escala” desenvolvida na Itália:

[...] a micro-história italiana *não* é, ao contrário do que o termo *micro* poderia equivocadamente sugerir, uma história de microespaços, ou de microrregiões, ou de microlocalidades – uma história local ou de espaços pequenos e reduzidos –, mas, sim, uma *nova* maneira de enfocar a história que, entre seus procedimentos principais, reivindica o da “*mudança de escala*” do nível do observador e estudo dos problemas históricos e, por conseguinte, utiliza o acesso aos níveis “macro-históricos” – vale dizer, a *escala* de observação pequenas ou reduzidas, que podem ser locais mas também individuais ou referidas a um fragmento, a uma parte ou elemento pequeno de uma realidade qualquer – como espaço de experimentação e trabalho, como procedimento metodológico para o enriquecimento da análise histórica (2007; p. 99).

A micro-história italiana, nesse aspecto, estabelecer-se-ia por intermédio das relações que são conformadas em diferentes escalas, para ser apreendido o movimento constante do vivido. Não por acaso, o diálogo com as Ciências Humanas é permanente e frutífero. Desse modo, a micro-história não é apenas uma escala peculiar de análise dos dados, nem um corpo teórico comum entre seus praticantes, nem um projeto político e intelectual integrado, mas um conjunto de proposta que chegou a respostas em comum, como a construção de relações entre as pessoas e as organizações, numa escala reduzida de análise das fontes documentais.

2. Em 1999, Marcos Cezar Freitas, no seu livro *Da micro-história a história das ideias*, sugeriu que Sérgio Buarque de Holanda teria, em seus estudos, antecipado, nos anos de 1940 e 1950, a prática da “micro-história italiana” no Brasil. Se sua afirmação for correta, teriam outros autores do período desenvolvido asserções, hipóteses e pesquisas similares a de Buarque de Holanda, que também os aproximassem dessas conjecturas? E, por outro lado, como a “micro-história” poderia contribuir para o entendimento da trajetória intelectual de indivíduos que estudaram a história do Brasil na primeira metade do século XX? Esse é o desafio que passaremos a nos deter abaixo.

3. Para perscrutarmos essa questão é importante notar, de início, que os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República), e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem “restaurar” a hegemonia do estado de São Paulo, na “Revolução Constitucionalista”) causaram uma verdadeira crise de “consciência histórica”, tal como a define Jörn Rüsen (2001; pp. 53-93), em parte significativa da intelectualidade paulista e brasileira, o que viria a provocar novos modos de compreensão do passado, do presente e do futuro na interpretação do processo histórico daqueles agentes sociais. Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos de letrados (que em certas ocasiões se viam como “intelectuais”<sup>2</sup>) se organizaram com o objetivo de pensar “novos” projetos de “escritura da história”, para rever o “passado”, o “presente” e até o “futuro” paulista e nacional, e contornar a situação, a que se encontravam imersos, diante daquela “crise” política, econômica e também cultural.

Não sendo indiferente a tal situação, Alfredo Ellis Jr. (1896-1974), então deputado estadual da Assembléia Legislativa do estado de São Paulo (e futuro professor do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo,

<sup>2</sup> O conceito de intelectual a ser utilizado nesta pesquisa se restringe ao produtor de “bens simbólicos” (participante ou não na arena dos debates políticos), envolvendo-se essencialmente com a interpretação da realidade social e sendo um elaborador e divulgador de “visões de mundo” (GOMES, 1996; p. 38-9).

que seria fundada em 1934), também procurou elaborar um projeto de “escrita da história” para repensar o estado de São Paulo e o Brasil. Na falta de uma melhor definição, argumentaremos que este projeto esteve calcado, nos anos de 1930, “*num discurso mitológico*” (com ênfase nas “origens” de um passado “mítico”, centrado na “figura” do bandeirante) que foi defendido não apenas por Alfredo Ellis Jr., mas antes dele também por Afonso D’Escragnonle Taunay (1876-1958), como uma forma de se sair da “crise”, tendo em vista o passado “grandioso” e “exemplar” do “povo” do estado de São Paulo. Embora existam continuidades evidentes entre os projetos de “escrita da história”, que foram elaborados por esses autores, não há como negar que também houve mudanças significativas entre eles.

Tendo em vista essas questões, o objetivo principal deste texto será tentar analisar de que maneira Alfredo Ellis Jr. deu os primeiros contornos desse projeto, entre 1932 e 1937, durante o momento em que participou dos conflitos de 1932, e publicaria, em seguida, as obras: *A nossa guerra* (de 1933) e *Confederação ou Separação* (também de 1933), e voltou a ser deputado estadual em São Paulo (1934-1937).

4. Em 1933, poucos meses após o fim da tentativa mal sucedida de “restauração” do poder político, efetuada pelo estado de São Paulo, na chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932<sup>3</sup>, Alfredo Ellis Jr. esmiuçaria sua interpretação da contenda em dois textos: *A nossa guerra* e *Confederação ou separação*. No prefácio a primeira edição de *A nossa guerra*, de 1933, assim o autor resume seus objetivos:

Eu pretendo, com este livro, fazer uma rapida synte-se dos acontecimentos bellicos de 1932, com as suas causas e consequencias politicas e sociaes, mais destinado a ser um modesto espelho, que reflecte, no momento, o quadro que se faz dos mesmos.

Eu não quero fazer defesa de quem quer que seja, nem de agrupamentos politicos.

Pretendo apenas fazer obra de historiador. Não accuso ninguem; mas penso que é preciso, desde já fazer claro os elementos para a historia.

[...] Tudo foi, como se S. Paulo quizesse demonstrar ao resto do mundo, que nesta parte da America, tambem ha dignidade offendida, tambem existe honra popular, tambem se conhece heroismo militar, tambem não é mysterio a bravura,

<sup>3</sup> Não há como detalhar adequadamente esta questão no espaço deste texto. Para uma discussão do tema, ver: FAUSTO, 1997; CAPELATO, 1981, 1989; DE DECCA, 2004.

também é familiar o estoicismo, também se pode, quando preciso, recorrer as armas, verter sangue e marchar impavidamente para a guerra.

[...] S. Paulo, já teve duas, bem fulgurantes epopeias. A do bandeirantismo, a qual durou em actividade continua, por mais de seculo e meio e a da formação da lavoura do café no planalto paulista, a qual é o mais monumental repositório de esforço agricola na superficie do planeta.

[...] Ao escrever este livro eu busquei, sempre percorrer o caminho mais estricto da verdade. Habitado, como sou, de longa data, a manusear os elementos reconstituidores do passado, essa tarefa não me foi penosa.

[...] Não terei eu, que estive nos prélios ardidos, soffrendo as agruras de uma guerra, que para mim, homem de cidade, professor e advogado foi uma verdadeira via crucis de soffreres, mais direito de externar as minhas exigencias, em que, tudo seja esclarecido e posto a nú? (ELLIS Jr., 1933; pp. 7-13).

Como devemos interpretar sua narrativa? De que maneira defendeu suas teses? Qual a contribuição que a *micro-história* poderia nos oferecer para compreendermos esse tipo de fonte documental? Esses são os questionamentos que passamos a nos deter.

5. Em primeiro lugar, devemos nos questionar quem foi o autor, de onde escreveu seu texto, e qual seu lugar em sua obra. De acordo com Michel Foucault, esses momentos de esclarecimento da trajetória permitem que se constatem quais as vontades de *verdade*, de *poder* e de *saber*, que compõem as relações que visam descrever a organização da sociedade e a maneira pela qual as pessoas nela se distribuem e constroem seus discursos, e estes são agrupados, reunidos e ordenados. Para ele, “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2002; pp. 8-9).

Não por acaso, para ele, “a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência” (Idem, p. 15). E, nesse caso, “essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro,

como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje”, mas “ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido, e de certo modo atribuído” (p. 17).

Alfredo Ellis Jr. viveu em uma sociedade, na qual a grande maioria da população não sabia ler nem escrever, e, além disso, participava pouco do regime político; e, como tal, a via como uma propensa massa de manobra no “jogo político”, em que os partidos deviam conduzir as massas. Naquele momento, instituído pelo Partido Republicano Paulista (PRP) – do qual fazia parte havia anos – como seu representante político, amparado em sua experiência como advogado (conhecedor das leis) e como historiador (estudioso do passado), o autor se colocaria como o porta voz do “povo paulistano” (e “paulista” também), para demonstrar as maselas cometidas pelo governo federal, após a instituição do governo provisório de Getúlio Vargas no final de 1930.

Para os objetivos deste trabalho, não há como abordar pormenorizadamente a trajetória de Alfredo Ellis Jr. – principalmente a anterior ao período analisado neste estudo. Mas, de forma muito resumida, ele viveu entre 1896 e 1974, sendo o último dos dez filhos de Alfredo Ellis (1850-1925), médico, cafeicultor, deputado federal e senador durante a Primeira República. Cresceu na “tradicional” fazenda cafeeira Santa Eudóxia – que faliria em 1918, e seria vendida no início de 1919. Viveu sempre em São Paulo, com exceção de uma viagem feita durante a infância, e na companhia de seu pai, pela Europa. Estudou no estado e formou-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco (que nos anos de 1930 seria agrupada à Universidade de São Paulo, a qual este seria professor, a partir do final daquela década), mas exerceu por pouco tempo o ofício da advocacia (em especial, após a venda da fazenda, em que havia passado sua infância). Dedicou-se mais ao ofício de professor de história, em escolas de São Paulo. Entre 1925 e 1930 foi deputado estadual por São Paulo, em duas legislaturas, a última das quais, interrompida pelo início do governo provisório de Getúlio Vargas.

Foi em meio a essas circunstâncias que ele participou das revoltas de 1932 contra a federação, como voluntário da Liga de Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Ferido fisicamente e abalado psicologicamente com a derrota da Liga no setor de Cunha, Ellis Jr. ainda enfrentaria forte perseguição política, após os desdobramentos daqueles eventos. Após a Revolução, e em meio à luta para não ser exilado, retorna ao magistério, lecionando no período diurno, no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano, além de escrever vários livros didáticos. Com o fim da “Revolução Constitucionalista” de 1932, preocupou-se em expor seus pontos de vista sobre o “drama”<sup>4</sup>. Portanto, durante o período de 1930 até 1933,

<sup>4</sup> Para maior detalhamento sobre sua obra e trajetória ver: ABUD, 1985; ELLIS, 1997; MONTEIRO, 2001; FERREIRA, 2002.

que daria ensejo a produção de duas obras sobre o assunto: *A nossa guerra* (1933) e *Confederação ou separação* (1933)<sup>5</sup>, que assumiriam, não por acaso, caráter “denunciativo” e “panfletário” (ainda que claramente defendidas, pelo autor, como obras de “história”), avançando sobre os procedimentos de pesquisa, por ele praticados até então<sup>6</sup>.

Tanto *Confederação ou separação* (1933), quanto *A Nossa Guerra* (1933) foram frutos diretos da ocupação militar de São Paulo em 1930, e da consequente “guerra cívica” de 1932, que condicionou a vida e a produção intelectual de Alfredo Ellis Jr. No primeiro, escrito em maio de 1932, discute o conceito de Federação e de Confederação, denunciando a “ingrata” posição de São Paulo frente à Federação na década de 1930. O problema estava na excessiva centralização do sistema federativo, e na política econômica e financeira que nivelava todos os estados brasileiros, com as alterações das leis de arrecadação e distribuição de impostos. Para o paulista Ellis Jr., não havia maior injustiça do que pôr em pé de igualdade a pujante São Paulo, com os demais estados brasileiros. Por isso, defendia o sistema de Confederação, um sistema político de extrema descentralização, onde os estados têm maior autonomia interna, ligados por um pacto comum, por uma Constituição e um Governo central. Nada mais cômodo para São Paulo, como queria ele, dado o seu desenvolvimento frente a muitos estados, naquele momento. Amplamente engajado ao movimento “confederacionista”, com pesquisas em fontes oficiais, o livro destinou-se à propaganda desse movimento. Interessante notar a tensão do autor entre encarar o livro como uma alusão a causa “confederacionista” e tentar manter uma possível “imparcialidade” em seus argumentos (ELLIS Jr., 1934).

Em *A nossa guerra*, em contrapartida, sob um caráter de depoimento, ainda que com o amparo de documentos, reúne todas as suas impressões sobre o movimento de 1932, louvando os “heróis” que lutaram em defesa de São Paulo, “São Paulo que apenas lutava pela sua autonomia arrebatada e pela constitucionalização de todo o País” (ELLIS Jr., 1933, p. 9).

6. Nesse sentido, ele escreve como “historiador”, obra de caráter “panfletário”, cuja função era denunciar as maselas orquestradas no país, e sobre São Paulo, após o ingresso de Getúlio Vargas ao poder. Também escreve como “combatente” que viu de perto os efeitos da guerra, e cuja narrativa pretende expressar a verdade sobre os “fatos”. Sua análise toma o partido dos cafeicultores,

<sup>5</sup> Além desses dois textos, o autor se expressaria novamente sobre o tema em seu romance histórico *Jaraguá* (1936), publicado em 1936, ao se voltar para as glórias do passado do bandeirante paulista.

<sup>6</sup> Antes de escrever esses textos, o autor já havia publicado no ano de 1922, *Ascendendo na história de São Paulo; Novas bandeiras e novos bandeirantes* e *Alguns paulistas do século XVI e XVII*. O primeiro resultou de uma conferência proferida em 17 de junho de 1922, no Centro paulista no Rio de Janeiro; os dois últimos foram apresentados no Congresso Internacional de História da América realizado em 1922 no Rio de Janeiro. Em seguida foram publicados: *O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano* (1924); *Raça de gigantes* (1926); e *Pedras lascadas* (1928).

que como o pai, viveu os dilemas das políticas mal sucedidas sobre a defesa do café; e, que para ele, no governo Vargas foram ainda piores. Além disso, vê os acontecimentos também como ex-deputado estadual, vinculado ao Partido Republicano Paulista (o PRP), cuja defesa aos cafeicultores, à produção rural, e contra a política de implantação de um processo de industrialização no país, seriam evidentes.

Em função dos ritmos de mudança e de adaptação legal impostos pela federação aos estados, ele veria que só “a demagogia dos oposicionistas systematicos, poderia ter induzido os outubristas em erro, a respeito do P. R. P.; erro em que teimam em persistir, como se ainda pudessem estar com os olhos vendados” (1933; p. 20). Por sua vez: “O Partido Democratico que deveria, exercer, em sã política, uma acção fiscalisadora e esclarecedora, passou a trabalhar em systematica opposição” (p. 22), ao estado de São Paulo (ao qual dizia representar) e ao PRP. Por esse motivo, ele se expressa ainda como um observador, que com os instrumentos da pesquisa histórica, visaria deixar à posteridade um relato “imparcial” e de cunho “científico” para os que virão depois, de por que São Paulo não teve êxito em 1932, e como “o sr. Getulio Vargas [tratou], a S[ão] Paulo, como uma entidade vencida”, pois, mesmo a “França, em 1870-1871, não teve por parte da Allemanha, tratamento mais rigoroso”, e essa “teria sido a norma getulina de agir, a respeito de cousas paulistas” (p. 32). Com isso, o “povo paulista, sendo tratado por esta forma naturalmente compreendeu logo que a revolução de 30 havia sido dirigida contra S[ão] Paulo” (pp. 40-41).

Desse modo, Ellis Jr. se colocaria no papel de conhecedor dos fatos, participante direto do contexto e instituído como tal, para exercer essa função, como político (do PRP) e historiador (paulista). Seu público alvo foi o povo paulista e, em especial, os que virão no futuro próximo, e que não viveram aqueles acontecimentos “fatídicos” para o estado. Por essa razão, de acordo com Pierre Bourdieu, ele se coloca como o “porta-voz dotado de poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem [...] ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, “como um único homem”” (BOURDIEU, 1996; p. 83). Ao pretender dizer a “verdade”, e estabelecer as “causas” e as “consequências” dos acontecimentos que resultaram na “derrota de 1932”, ele recorre, ao que Bourdieu define como a “especificidade do discurso de autoridade [...] [que] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder o seu poder), é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio” (Idem, p. 91). Para alcançar tal objetivo, Ellis Jr. exalta as “cenas” da guerra, nas quais o “sangue paulista, não foi regateado,

para a compra da liberdade” e “batalhões partiam floridos, em alegria jamais vista”, não apenas como historiador e político, mas, principalmente, como observador e participante da batalha.

7. Também por esse motivo devemos, num segundo momento, nos questionar sobre a maneira como escreveu sua narrativa. Para Antônio Celso Ferreira:

Ellis Jr. era, antes de mais nada, um historiador típico das primeiras décadas do século: dedicado a várias áreas de conhecimento, eclético em suas abordagens, literato no sentido amplo do termo. Não foram poucas as obras em que ele procurou dar vazão à vocação literária: obras, diga-se de passagem, ignoradas pela crítica. Afora os trabalhos de antropologia e historiografia, que tiveram boa aceitação, por certo tempo, em parte da inteligência local, ou os textos didáticos, de memória e de propaganda paulista, de público garantido até meados dos anos 40, não há notícia acerca da recepção de seus romances (2002; p. 336).

Em sua escrita da história, ele tentava mostrar que primava pela “verdade”, pela “objetividade” e pela “imparcialidade”, com vistas à elaboração de um “discurso científico”. O essencial para alcançar essas metas na escrita de sua narrativa dos “fatos” era demonstrar as “causas” e as “consequências” do desenrolar dos acontecimentos, investigando o “meio” e prognosticando qual o tipo de “raça” que este propiciou. Para ele, “a História é uma reconstituição de uma época do passado de um povo e, para êsse fim, o historiador tem que buscar elementos em todos os ramos do saber humano” (1946, p. 6), dado que é “certo que os acontecimentos históricos têm todos, mais ou menos, consequências” (Idem, p. 7).

Quanto aos *fatos*, acredita não são todos os que devem receber a atenção do historiador. Para ele, os mais importantes são aqueles que produzem grande número de *consequências*, devendo, por isso, ser mais “esmerilhados” do que os *causadores* de menor efeito. Além disso, a História não poderia ficar presa à cronologia, mesmo sendo ela parte importante dos estudos históricos, e que se formaria da união de vários departamentos do saber humano, disciplinados pelo espírito crítico, mobilizados pelo raciocínio, o bom senso e a imaginação. E que seriam aspectos indispensáveis para o diagnóstico das *causas*, para interligação das *consequências* e a sincronização das *repercussões*, que se encadeiam com os *fatos principais*. Em vista disso, *causas*, *consequências* e *repercussão*, eram o tripé que daria subsídio seguro ao historiador.

Segundo ele: “Só assim podem ser erguidas as reconstituições do passado com suas causas, bem diagnosticadas, e com suas conseqüências, bem interligadas, com suas repercussões bem sincronizadas e encadeadas com os fatos principais, que devem ser analisados” (1979; p. 41).

Para que os  *fatos*, tanto quanto suas  *causas* e  *conseqüências*, sejam adequadamente investigados é necessário identificar “primeiro, o fator  *homem*, [que] seria o concernente à raça do mesmo, ao complexo hereditário, à sua educação, à sua eficiência, à sua inteligência, à sua formação física ou fisiológica, à sua etnia, enfim, o conjunto de circunstâncias que definem o componente de um grupo humano qualquer” (1948; p. 11). Em seguida, deve-se identificar “o fator ambiente mesológico, o ecológico seria o concernente aos conjuntos que cercam o indivíduo, quer os de ordem geográfica, quer ainda os de ordem sociológica” (Idem). Por essa razão, conhecer “um facto não é apenas saber da sua realização mais ou menos minuciosamente”, por que “se faz mister serem as suas causas bem esmerilhadas e esclarecidas, assim como as suas conseqüências bem vislumbradas e prophetisadas” (1937; p. 7). Caso contrário, nada “disso aproveita ao estudioso do passado e ainda menos ainda ao estadista contemporâneo, que queira buscar na experiência do passado elementos para a solução de problemas do presente” (Idem; p. 30).

Nesse sentido, a importância do pai, Alfredo Ellis, o encontro com Afonso de Taunay (1876-1958) no Colégio São Bento, quando este foi seu professor, marcando-o profundamente e desde então consolidando uma amizade por toda vida, e a leitura da obra de Oliveira Vianna (1883-1951), iniciada depois que concluiu o curso de Direito, vendo-a de forma muito positiva até o final dos anos de 1930, constituem-se em parte significativa de suas inspirações para a carreira política, tanto quanto para o ofício de historiador e para as suas escolhas teóricas, ao explicar a formação da “raça” paulista de “gigantes”. De forma semelhante apareceria a obra de Fustel de Coulanges (1830-89), ao contrário da de Leopold von Ranke (1795-1886), que seria muito pouco citada, em função da maneira com a qual o primeiro buscou analisar a cidade-estado Greco-romana, e concebia a escrita da história, o que para Ellis Jr. foi fundamental ao buscar escrever a história de São Paulo.

Ainda que em sua obra não aparecesse constantemente o exercício de uma história como  *mestra da vida* e fornecedora de exemplos do passado para a orientação dos indivíduos no presente, esta também será, volta e meia, encontrada em alguns de seus textos, na medida em que procurou demonstrar a importância da história do bandeirante para a consolidação da lavoura cafeeira no século XIX, e que esse exemplo era vital para que os paulistas do século XX, além de conhecerem corretamente a sua história, vissem nela uma inspiração para que o povo e o estado de São Paulo conseguissem sair da crise política e econômica, que o estado se encontrava naqueles anos iniciais da década de 1930.

Evidentemente, as regras do método aqui resumidas, e as quais o autor se inspirou na historiografia oitocentista alemã e francesa para compô-las<sup>7</sup>, apareceriam com maior liberdade nos textos *A nossa guerra* (1933) e *Confederação ou separação* (1933). Em *A nossa guerra*, indica a importância de formular uma “síntese dos acontecimentos bellicos de 1932, com as suas causas e consequências políticas e sociais”, ao pretender “apenas fazer obra de historiador”, e “desde já fazer claro os elementos para a história”, para que “os vindouros saibam, por que os diversos capítulos da guerra, tiveram o desenvolvimento que todos sabem, e foram obrigados a seguir determinada orientação”. Para que isso fosse feito, “eu busquei, sempre percorrer o caminho mais estrito da verdade. Habitado, como sou, de longa data, a manusear os elementos reconstituidores do passado, essa tarefa não me foi penosa”.

Isso porque, e como já indicamos acima, é um discurso político engajado, aceito e aprovado pelo Partido Republicano Paulista, e instituído como tal, com todas as características de um “panfleto político”, ainda que, em linhas gerais, não seguindo a mesma tradição construída a partir do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito por Marx e Engels entre o final de 1847 e o início de 1848 (BOSI, 2010). Por sua vez, é um chamamento das massas, das mulheres e dos trabalhadores para a ação engajada, em prol da soberania do estado de São Paulo. Visava fazer com que estes estivessem favoráveis a causa paulista, que segundo ele, era uma causa libertária contra a opressão do regime instaurado após 1930. Com isso, demonstra uma disputa ideológica (DUBY, 1994; KONDER, 2002) entre o “bem”, que representaria os paulistas aos quais estava diretamente ligado, e o “mal”, do regime implantado por Vargas. Todos os componentes de seu discurso, nesse sentido, caminhavam visando demonstrar a ação dos paulistas, e de sua luta, mesmo após a derrota de 1932,

<sup>7</sup> Se o contexto no qual surgiu sua obra, ainda eram evidentes as discussões proliferadas pelo: 1 – *determinismo geográfico*: meio *versus* formação cultural, o meio definiria a cultura do indivíduo e do grupo, segundo Ratzel, geógrafo alemão fundador desta teoria; 2 – *determinismo social*: fatores sociais *versus* conduta humana, os fatores sociais determinariam a conduta humana, ex. o suicídio, conforme o indicou Émile Durkheim; 3 – *determinismo cultural*: cor *versus* progresso técnico e cultural, a cor da pele influenciava o desenvolvimento físico, neuronal e técnico de uma sociedade; 4 – *determinismo psicológico*: o meio exerceria o controle sobre a definição dos comportamentos individuais, de acordo com B.F. Skinner (1904-90); 5 – *evolucionismo*: raça *versus* cultura, “Assim como o embrião passa de formas primárias a formas complexas, as sociedades passam de formas primitivas a formas complexas e diferenciadas” (DORTIER, 2010; p. 196), como indicará Herbert Spencer; 6 – *(hiper)difusionismo*: “a existência de traços culturais similares em sociedades diferentes se explica por sua difusão a partir de um pequeno número de ‘centros culturais’” (DORTIER, 2010; p. 139). Friedrich Ratzel (1844-1904), fundador na Alemanha, geógrafo, Leo Frobenius (1873-1938) inaugurador da ideia de ‘círculos culturais’; no hiperdifusionismo, crê-se que o centro difusor seria o Egito antigo, como indicaria Grafton Smith (1871-1937). Não há como deixar de lado, de que modo cada um desses aspectos foram incorporados quando Ellis Jr. escreveu a história de São Paulo. Nela seria evidente a importância do ‘meio’ para a conformação da ‘raça’ dos paulistas, a partir do século XVI. Contudo, ela não se limitaria nem aos autores arrolados acima, nem tão pouco as teorias indicadas há pouco. Ao lado dessas questões, para ele, era fundamental o conhecimento do funcionamento da economia, pois, ela que era a base para toda a organização da sociedade.

contra a opressão política e intelectual, que naquele momento estava vinculada ao regime Vargas. Não por acaso: “luta”, “trágica”, “sangue paulista”, “batalhões”, “epopeia bandeirante”, “fatídicas traições”, “dignidade ofendida”, “honra popular”, “S[ão] Paulo fez uma linda improvisação de guerra”, contra o “inimigo” comum, constituiriam as metáforas básicas do seu discurso, apresentado em forma de livro, no interior da arena política, com vistas a organizar as massas, ao deixar um relato à posteridade sobre a luta de São Paulo contra o regime Vargas.

Por sua postura política, se trocarmos os termos onde aparece “paulistas” contra “todas as forças militares do Brasil reunidas”, veremos que o resultado desta fala instituída, como fala legítima do PRP, por fazer uso de enunciados e de metáforas como a “mulher paulista”, amparada pelo seu “estoicismo”, também tornava sua narrativa ainda mais persuasiva e eficaz, muito embora fosse exposta num livro por um membro do PRP, ex-deputado estadual, advogado, historiador e professor. Se esse livro fosse escrito por um membro do governo Vargas, e invertêssemos as posições de “bem” e “mal”, “amigo” e “inimigo”, o resultado alcançado na narrativa seria o mesmo. Ainda mais se considerarmos, em sua narrativa, que: “Tudo foi, como se S[ão] Paulo quizesse demonstrar ao resto do mundo, que nesta parte da America, tambem ha dignidade offendida, tambem existe honra popular, tambem se conhece heroismo militar, tambem não é mysterio a bravura, tambem é familiar o estoicismo, tambem se póde, quando preciso, recorrer as armas, verter sangue e marchar impavidamente para a guerra”.

8. Amparando-se nesses instrumentos metodológicos, Alfredo Ellis Jr. visava demonstrar a posição do estado de São Paulo, junto à nação, após 1930. Para isso, destacaria a importância do bandeirante e da cruzada civilizatória promovida pela lavoura do café, como fatores primordiais, ainda que em momentos distintos, e que tornariam o estado a “locomotiva” do país. Mas, em função dos acontecimentos fatídicos de 1930, e após os de 1932, os sujeitos e os feitos “grandiosos” da história de São Paulo estavam sendo esquecidas. Por esse motivo era fundamental se voltar para o passado e rever a escrita da história de São Paulo. Neste ponto, o empenho de Alfredo Ellis Jr, talvez tenha sido até maior do que o de Afonso de Taunay, para realçar a importância do “bandeirante” na configuração histórica da identidade do “povo paulista”. Mas, como ele próprio indicou em vários momentos, foi Taunay seu grande mentor e inspirador deste tema.

No início da década de 1930, em função daquelas circunstâncias, argumentava que o problema do estado de São Paulo não estava só no presente, mas também nas leituras e nos usos que foram feitos do passado (ELLIS, 1997). Não foi por acaso, que em seu mandato de deputado estadual pelo PRP, nos anos de 1930, voltou-se para essa questão, e ao homenagear Afonso de Taunay e sua obra na Câmara dos Deputados, diante da Assembléia Legislativa,

destacasse a importância de se conhecer o passado de São Paulo, com a cruzada dos “bandeirantes” e a expansão das “bandeiras paulistas”, por quase todo o território que formaria o Brasil, seriam fundamentais não apenas para dar ensejo a fundação de nossa nacionalidade, mas também na consolidação de nossa identidade, de nossa cultura, valores e de nossa política e economia.

Também em sua obra *A nossa guerra*, que foi seu relato de “historiador” das circunstâncias que levaram os combatentes paulistas a perderem a “guerra” de 1932 contra o governo provisório de Getúlio Vargas, dirá que foi justamente em função de sua “grandiosidade” (no passado, e também no presente) que o estado de São Paulo seria “traído” por seus antigos aliados (como Minas Gerais), e deixado a sua própria “sorte” pelo resto da Federação. Com menos soldados, armas, munição, apoio político e econômico, a derrota acabou sendo inevitável. No entanto, para ele, a “derrota política” daquele momento, que se apresentou eminente mais em função dos acontecimentos de 1929, do que pelos de 1930 (que colocou aquele “grupo político” no poder), só teriam um efeito passageiro. Desde que os paulistas não deixassem de lado as suas “origens” no bandeirante dos séculos XVI e XVII, cuja ação se desdobraria, entre outras coisas, na lavoura cafeeira dos séculos XIX e XX, e que não apenas mostravam um “povo” pioneiro e desbravador, mas também preparado para as dificuldades (ELLIS Jr., 1979). Nesse sentido, voltar ao “passado” era uma forma de fortalecer as expectativas para o “futuro”, ao lhe ser dado um novo “sentido” no “presente” (KOSELLECK, 2006).

Com base nesses prognósticos sobre a história paulista, que ao retornar a Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1934, Alfredo Ellis Jr. se colocaria contrário ao projeto do Partido Democrático (o PD) para o estado. Nesse sentido, a participação de Armando de Salles Oliveira, então representante do Partido Democrático e indicado como interventor em São Paulo por Vargas, não seria vista com tamanha contribuição por Ellis Jr., seja na efetivação do projeto de criação da universidade em São Paulo, seja quanto à melhoria e a expansão dos níveis de ensino, seja ainda, sobre a revisão da crise política e econômica vivida com a desvalorização constante dos cafezais. O mesmo vale, para o papel desempenhado por Júlio de Mesquita Filho e por Fernando de Azevedo, que para ele foi secundário, se comparado a história da universidade no Brasil. Ellis Jr., então Deputado da Câmara Estadual e vinculado ao Partido Republicano Paulista (o PRP), observava da seguinte forma a sua intervenção daquele grupo no Estado:

[...] a administração do sr. Armando de Salles Oliveira fez crescer a dívida interna consolidada e a dívida interna flutuante, as quaes subiram nas proporções phantasticas de 200 e 300%,

crescendo igualmente em proporções formidáveis a dívida externa, em virtude da queda do câmbio, ao qual ainda estamos amarrados na nossa vida financeira.<sup>8</sup>

Não era apenas uma disputa partidária. Alfredo Ellis Jr. se diferenciava do grupo de “O Estado” (CARDOSO, 1982), que centralizava a ação do Partido Democrático, também sob a análise do processo. Para ele:

[...] dr. Armando de Salles Oliveira, quando era Interventor, em 1935, para “fazer bonito” para os outros Estados brasileiros em propaganda da sua futura candidatura á Presidência da República [depois cancelada, por causa do golpe de 1937], creou, de uma só vez 1.024 [...] escolas públicas. Mal sabem os nossos ilustres patricios que essa proeza foi feita com grande sacrificio para o misero professor paulista, á custa da reduçãõ dos seus mingua-dos vencimentos de rs. 400\$000 para 300\$000 no Estado que se diz o “leader” da Federação. Introduziu no magistério [...] a famosa classe de estagiários que não têm direito a cousa alguma na vida.<sup>9</sup>

Alfredo Ellis Jr, antes de eleito deputado, era professor secundário de *História da Civilização* em colégios da cidade de São Paulo. Nas sessões da Câmara ressaltava corriqueiramente sua trajetória como docente, manifestava abertamente seu “orgulho” em “ser paulista”:

[...] desde 1935 que venho dizendo em successivos discursos, que o nosso magno objectivo na guerra de 1932 foi tirar uma satisfação contra a oppressão que a dictadura [...] baixava sobre nós, desde 1930 [...] queríamos lavar a nossa cara! [...]. Queríamos nos reabilitar perante nós mesmos [...] outro objectivo era a conquista do regimen constitucional. Elle nos daria a autonomia que nos fõra arrancada em 1930 naquella tragédia que se iniciava soturnamente [...] quer por meio da palavra quer por meio das armas<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Alfredo Ellis Júnior. 25ª sessão ordinária em 9 de agosto de 1937. *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S.A., 1953, volume 1, p. 531.

<sup>9</sup> Alfredo Ellis Júnior. Leitura da carta ‘Os estagiarios’ na 28ª sessão ordinária em 12 de agosto de 1937. *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S.A., 1953, volume 1, p. 604.

<sup>10</sup> Alfredo Ellis Júnior. 14ª sessão ordinária em 27 de julho de 1937. *Annaes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão ordinária de 1937*. São Paulo: Industria Gráfica Siqueira S.A., 1953, volume 1, p. 320.

Esse quadro nos indica os lugares e as formas de ação de Ellis Jr., entre 1932 e 1937, em que buscou “restaurar” a posição de São Paulo junto à nação, “rever” a história paulista para que sua população participasse desse processo de recuperação política e econômica, e demonstrar que as atitudes de certos partidos, ainda que sob um discurso de progresso e de desenvolvimento, posicionava-se contrariamente a esses objetivos.

9. Portanto, a *micro-história*, por não se limitar a análise do contexto, e voltar-se para suas formas de produção, de organização das escalas e de suas configurações entre os indivíduos e os grupos, contribui para que possamos identificar por que Alfredo Ellis Jr. se posicionou de certa maneira em seus textos, e não de outra, quais os objetivos que pretendeu alcançar, quais os silêncios que deixou, por que fez uso de certas metáforas e não de outras, por que ao mesmo tempo tencionou produzir um discurso “objetivo”, “verdadeiro”, “imparcial” e “científico”, “sem acuzar ninguém”, e ao mesmo tempo se posicionando (intelectual e politicamente), acusando ao governo Vargas por sua ação contra o estado de São Paulo, com vistas à por “a nu” as circunstâncias que possibilitaram a instituição daquele regime político após 1930. Além de procurar vislumbrar concomitantemente as “causas” e as “consequências” da ação de Vargas (e em menor proporção do Partido Democrático de São Paulo) para o país e, principalmente, para o estado de São Paulo. De igual modo, critica o posicionamento do Partido Democrático e de seus membros após os desdobramentos dos acontecimentos “fatídicos” de 1932, e de sua aproximação com o governo federal. Evidentemente, o autor não usou dos mesmos instrumentos, nem teve as mesmas preocupações que a “micro-história italiana” apresentaria a partir dos anos iniciais da década de 1970, mas a obra que produziu durante esse período, pode, no mínimo, ser vista sob nova luz, com o amparo desses procedimentos metodológicos.

### Referências bibliográficas

- ABUD, K. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, 1985.
- BOSI, A. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- CAPELATO, M. H. R. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, M. H. R. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, I. A. R. *A universidade da comunhão paulista*. O projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1982.

DE DECCA, E. S. *1930: o silêncio dos vencidos*. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DORTIER, J-F. *Dicionário de Ciências Humanas*. Tradução de Márcia Valéria Martínez de Aguiar (et. al.). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUBY, G. *As três ordens, ou o imaginário do Feudalismo*. Tradução de Maria Helena Costa Dias. 2ª Edição. Lisboa/Portugal: Estampa, 1994.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo; Editora Unesp, 1997.

ELLIS Jr., A. *Confederação ou separação*. 3ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Editorial Paulista, 1934 (1ª Edição de 1933).

ELLIS Jr., A. *A nossa guerra. Estudo de synthese critica político-militar*. São Paulo: Editora Piratininga S. A., 1933.

ELLIS Jr., A. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

ELLIS Jr., A. *Panoramas históricos*. São Paulo: FFCL/USP, 1946 (Boletim LXXIII, n. 6, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

ELLIS Jr., A. *Meio século de bandeirantismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

ELLIS Jr., A. *Jaraguá* (Romance de penetração bandeirante). São Paulo: Empresa Editora J. Fagundes, 1936.

ELLIS Jr., A. *A economia paulista no século XVIII*. O ciclo do açúcar, o ciclo do molar. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1979.

ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante*. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Edunesp, 2002.

- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio – 8ª Edição – SP: Edições Loyola, 2002.
- FREITAS, M. C. *Da micro-história a história das ideias*. São Paulo: Cortez, 1999.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, A. C. *História e historiadores*. A política cultural do estado novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIMA, H. E. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MONTEIRO, J. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e de indigenismo. Tese de Livre Docência, Unicamp, Campinas, 2001.
- ROJAS, C. A. A. Convite a *outra micro-história: a micro-história italiana*. In. MALERBA, J.; ROJAS, C. A. A. (org.) *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru/SP: Edusc, 2007, p. 97-120.
- RÜSEN, J. *Razão histórica. Teoria da História I: os fundamentos da ciência da história*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.